

TEM A	Nº	PROPOSTAS	CONF.
1	1	Desenvolver políticas públicas que revitalizem e preservem a mata ciliar, proibindo o desmatamento, incentivando o reflorestamento e promovendo a recuperação de mananciais e ecossistemas aquáticos na Bahia, visando manter a biodiversidade, proteger os recursos hídricos e aumentar a resiliência dos ecossistemas.	C1
			C2
			C4
			C6
			C11
			C31
			C36
	2	Fortalecer ações voltadas à prevenção, sensibilização da população, monitoramento e combate de incêndios florestais, como fortalecimento e suporte às brigadas, disponibilização de equipamentos, implementação de sistema de monitoramento para agilidade das ações de combate e outros recursos.	C4
			C6
			C12
			C17
	3	Desenvolver ações integradas para recuperação e restauração de áreas degradadas, promovendo reflorestamento, conservação de biomas e criação de corredores ecológicos, respeitando a biodiversidade, valorizando comunidades tradicionais e garantindo suporte técnico e financeiro por meio de políticas públicas e Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA), com o objetivo de remoção dos gases do efeito estufa.	C3
			C4
			C6
			C7
			C10
			C11
			C16
			C19
			C22
			C23
			C25
			C27
			C28
			C31
			C33
			C34
	4	Implementar políticas de incentivo econômico, como o Pagamento por Serviços Ambientais e créditos de carbono, promovendo a conservação de florestas nativas e a adoção de práticas de recuperação ambiental, engajando instituições públicas e privadas.	C6
			C8
			C21
			C37
	5	Implementar uma gestão integrada de resíduos, fortalecendo cooperativas de catadores e reciclagem, promovendo campanhas de conscientização sobre a redução de geração de resíduos, implantando projetos de compostagem para os resíduos dos centros de abastecimento de alimentos e/ou feiras livres, além de fomentar a adoção de tecnologias modernas e sustentáveis.	C2
			C3
			C6
			C7
			C11
			C12
			C14
			C16
			C18
			C19
	6	Incentivar a cooperação intermunicipal na gestão de resíduos, promovendo soluções inovadoras para separação, tratamento e destinação adequadas.	C23
			C30
			C35
			C13
	7	Promover incentivos financeiros destinados a municípios que implementem soluções eficazes para o controle do desmatamento, recuperação de áreas públicas degradadas, como encostas, preservação ambiental e gestão responsável de resíduos sólidos, contribuindo para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas.	C19
	8	Elaborar incentivos financeiros, como políticas de incentivo fiscal e linhas de crédito, para promover práticas sustentáveis e reduzir a emissão de gases de efeito estufa.	C13
			C23
			C37
	9	Elaborar políticas de incentivo fiscal e linhas de créditos para implantação de práticas sustentáveis para redução de emissão de gases de efeito estufa.	C18
	10	Promover estratégias alternativas de mobilidade e transporte que promovam a sustentabilidade, atendendo às necessidades regionais e contribuindo para a redução das emissões de carbono.	C8
			C37
	11	Estimular parcerias público-privadas de restauração ecológica economicamente viáveis, que valorizem os ativos ambientais estaduais e que estimulem novas áreas verdes.	C10

2	12	Promover a preservação do patrimônio natural e cultural por meio da ampliação do sistema de áreas protegidas, preferencialmente de proteção integral, e da criação e manutenção de áreas verdes urbanas, levando em consideração as áreas prioritárias de conservação e nascentes.	C14
			C24
			C26
			C32
	1	Desenvolver e implementar políticas habitacionais integradas ao mapeamento e diagnóstico de áreas de risco, buscando identificar áreas de maior vulnerabilidade, fiscalizar continuamente a ocupação dessas áreas e promover o reassentamento seguro de moradores dessas regiões, bem como garantir acesso a moradias sociais adaptadas à implantação de tecnologias sustentáveis, assegurando maior eficiência energética e menor impacto ambiental.	C1
			C6
			C13
			C24
			C36
	2	Elaborar coletivamente e implementar planos de contingência para desastres climáticos, por meio da criação de planos de emergência climática, além de promover estratégias de adaptação às mudanças climáticas com foco em soluções baseadas na natureza, redução da vulnerabilidade social, justiça ambiental, tecnologias sustentáveis e ampla participação social.	C1
			C2
			C4
			C5
			C9
			C10
			C12
			C23
			C32
			C35
			C37
	3	Capacitar, equipar e incentivar a formação de brigadas municipais, em colaboração com a defesa civil, para monitorar e atender emergências ambientais, além de criar a função de Agente Comunitário Ambiental para envolver a comunidade na gestão de prevenção a desastres.	C1
			C4
			C9
			C24
			C29
			C36
	4	Aprimorar a gestão de recursos hídricos por meio de investimento em infraestrutura de saneamento básico, implementação de sistemas coletivos de captação e armazenamento de água, especialmente em áreas vulneráveis, e uso sustentável de águas pluviais, cinzas e sanitárias em áreas urbanas e rurais por meio de projetos públicos, enquanto se cria um observatório para mapear fragilidades dos sistemas implantados, sugerir adaptações e prevenir inundações.	C2
			C3
			C7
			C8
			C10
			C11
			C12
			C17
			C25
			C30
			C33
	6	Ampliar os sistemas de monitoramento e alerta integrado para eventos climáticos extremos (secas, queimadas, desertificação, enchentes e outros), com instalação de estações meteorológicas, permitindo adoção de medidas rápidas e priorizando municípios e comunidades vulneráveis, especialmente em cidades pequenas e isoladas, com apoio da sociedade civil, instituições de ensino e pesquisa, corpo de bombeiros, entre outros parceiros, com comunicação eficiente (através de mensagem no celular e mídias sociais).	C1
			C3
			C15
			C17
			C26
	7	Realizar mapeamento e diagnóstico dos riscos ambientais de cada município, buscando identificar as áreas de riscos que carecem de maior atenção nas políticas de planejamento territorial, tais como: áreas de risco de inundações, áreas de risco de deslizamento, áreas com vulnerabilidade de erosão e contaminação, atendendo o caráter técnico e científico necessário e ouvindo os moradores locais, além de possibilitar futuras pesquisas e atualizações.	C4
			C5
			C6
			C8
			C10
			C13
			C23
			C28
			C29
			C31
			C32
	8	Elaborar sinalizações e um Plano de Emergência e Contingência em áreas verdes de visitação pública, a exemplo de unidades de conservação, incluindo rotas de fuga e pontos de encontro em situações de riscos potenciais, como trombas d'água e chuvas intensas.	C6
	9	Adotar soluções baseadas na natureza em obras públicas, mantendo espaços verdes com vegetação nativa, implementando drenagens urbanas eficientes e sustentáveis, criando infraestrutura adaptativa, fomentando a arborização urbana e a revegetação rural e investindo em tecnologias de convivência com os eventos	C10
			C13
			C14
			C19
			C23

3		climáticos extremos.	C27
			C28
			C30
	10	Instituir programa de recaatingamento voltado para adaptação às mudanças climáticas par semiárido baiano, incluindo mapeamento de áreas de risco para reflorestamento de zonas rurais e urbanas (criação de corredores ecológicos e unidades de conservação municipais) tecnologias sociais e práticas sustentáveis.	C15
			C18
			C25
			C30
			C31
	11	Implantar e fortalecer coordenações de proteção e defesa civil, por meio de capacitação formação de equipes técnicas concursadas, equipamentos adequados e dotação orçament	C16
			C18
			C21
	12	criar Fundo de Emergência destinado aos municípios, com objetivo de garantir a prevenção de desastres naturais em áreas de risco, aportar recursos para projetos de infraestrutura resiliente, como drenagem urbana e contenção de encostas, e implementar ações de apoio e mitigação durante períodos de estiagem e seca severa	C18
			C22
	1	Promover uma distribuição equitativa dos benefícios gerados pela produção de energias renováveis, permitindo o acesso justo a uma matriz energética sustentável, com investimentos em infraestrutura comunitária e desenvolvimento econômico e social das áreas mais afetadas pelos empreendimentos.	C5
			C15
			C27
			C35
			C36
	2	Incluir a sociedade civil nos debates sobre as mudanças climáticas, oferecendo suporte para uma participação eficaz por meio de uma formação inclusiva em diferentes esferas de exercício da cidadania.	C2
	3	Preservar os modos de vida tradicionais e as práticas religiosas de comunidades indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais, além de fomentar sua arte, cultura, saberes e tecnologias sociais relacionadas à natureza.	C2
			C4
			C37
	4	Ampliar projetos de tecnologias sociais para povos e comunidades tradicionais, com foco na desburocratização de processos, isenção de taxas, acesso a crédito e incentivo a práticas produtivas sustentáveis, como apicultura e agricultura familiar, valorizando a conservação ambiental e o papel das mulheres nas comunidades rurais.	C3
			C16
	5	Estabelecer políticas públicas afirmativas de segurança e proteção que ofereçam suporte às vítimas do racismo ambiental, aos refugiados climáticos e às pessoas em situação de vulnerabilidade ambiental.	C5
			C14
			C18
			C19
			C28
			C30
	6	Oferecer suporte financeiro emergencial climático para apoio das comunidades vulneráveis ou afetadas pelas mudanças climáticas.	C7
			C17
	7	Proporcionar assistência financeira de emergência relacionada ao clima para apoiar comunidades vulneráveis ou impactadas pelos efeitos das mudanças climáticas.	C9
			C19
			C23
			C25
			C27
			C33
	8	Garantir consulta prévia e participação efetiva das comunidades afetadas por grandes empreendimentos, com protocolo específico, assegurando que soluções climáticas sejam justas, eficazes e atendam às necessidades locais, respeitando direitos e promovendo inclusão.	C8
			C9
			C12
			C15
	9	Desenvolver programas que busquem garantir a segurança alimentar, promover a saúde mental e melhorar a qualidade de vida em espaços comunitários, considerando o atual cenário de mudanças climáticas.	C13
			C36
	10	Fomentar ações de assistência técnica rural, justiça climática, segurança alimentar, agroecologia, agricultura familiar e uso de tecnologias hídricas e energias renováveis em comunidades tradicionais, através de editais públicos que visem a elaboração de projetos sociais sustentáveis e o fortalecimento de práticas resilientes.	C2
			C10
			C16
			C23
			C24
			C25
			C26
			C35
	11	Estabelecer um Observatório de Justiça Climática e Racismo Ambiental como um espaço colaborativo onde pesquisadores, ativistas, comunidades afetadas e formuladores de políticas públicas poderão compartilhar dados, experiências e estratégias para enfrentar os desafios da justiça climática e do racismo ambiental.	C24
		Fomentar a assistência técnica rural com foco em sustentabilidade, estimulando atividades produtivas que	C2
			C12

4	12	contribuam para a preservação ambiental e capacitando produtores, comunidades e autoridades locais a responderem de forma preventiva e eficaz a desastres ambientais.	C16 C23 C25
	1	Implementar um programa que inclua de maneira relevante produtos da sociobiodiversidade oriundos do extrativismo nas ações e políticas estaduais relacionadas à aquisição e compras.	C20
	2	Desenvolver um programa que promova a agroecologia e a agricultura regenerativa, integrando práticas sustentáveis, assistência técnica, valorização da produção orgânica, apoio a feiras agroecológicas e redes de agroecologia, além da capacitação dos agricultores, visando a igualdade no acesso a recursos e a preservação cultural.	C1 C4 C5 C7 C8 C11 C16 C17 C18 C21 C22 C26 C29 C34
	3	Incorporar práticas e tecnologias sustentáveis nas instituições e equipamentos públicos, como geração e utilização de energias limpas, utilização de veículos elétricos ou híbridos, reutilização de água da chuva e consumo de produtos agroecológicos e orgânicos, facilitando e exemplificando a implementação dessas soluções para a sociedade como um todo.	C16
	4	Promover a integração do turismo sustentável e comunitário para fortalecer a economia local, implementando programas de turismo ecológico que beneficiem o território, incentivem a conservação dos recursos naturais, valorizem a cultura local e constituam projetos de ecoturismo intermunicipais.	C12 C13 C14 C16 C22 C25 C26 C32
	5	Promover o uso de tecnologias limpas e energias renováveis nas agroindústrias, associações e cooperativas rurais, além de incentivar a adoção de estratégias de gestão de resíduos como biodigestores.	C1 C8 C36
	6	Incentivar a transição para uma produção rural mais sustentável, apoiando o desenvolvimento e uso de insumos biológicos e produção orgânica, reforçando o controle sobre agrotóxicos e economia solidária.	C1 C9 C21
	7	Estabelecer mecanismos de apoio financeiro e assistência técnica para a preservação dos biomas da Bahia, promovendo a conservação através de práticas agroecológicas e a disseminação de tecnologias na agropecuária regenerativa.	C4 C11
	8	Promover projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação voltados para a criação e implementação de tecnologias sociais e novas fontes de energia renovável, valorizando os ativos ambientais através de iniciativas como sistemas agroflorestais (SAFs) e reflorestamento.	C6 C13 C35
	9	Desenvolver políticas para valorizar as cadeias produtivas sustentáveis nos biomas baianos, otimizando a assistência técnica para pequenos agricultores, desenvolver políticas para valorizar as cadeias produtivas sustentáveis e da sociobiodiversidade.	C5 C7 C16 C34
	10	Incentivar a transição para uma matriz energética sustentável, ampliando o uso de fonte energia solar e geotérmica, por meio de incentivos fiscais e linhas de crédito para produtores rurais e empresas responsáveis.	C8 C13 C34
	11	Otimizar programas de assistência técnica qualificada para apoiar pequenos agricultores, práticas agrícolas sustentáveis, garantindo fomento adequado para cada família, com foco na produtividade rural e na segurança alimentar.	C13 C17
	12	Desenvolver um programa social estadual que promova a segurança energética através da energia solar, visando acessibilidade para populações de baixa renda e áreas periféricas por meio de parcerias público-privadas e incentivos financeiros, com a participação ativa dos entes federativos em iniciativas de iluminação pública e fornecimento elétrico.	C15 C28 C32
	5	1	Desenvolver estratégias de compartilhamento de soluções e projetos ambientais, divulgando e conectando diferentes atores sociais e públicos interessados na proteção, recuperação e melhoria do meio ambiente, além de criar ferramentas colaborativas baseadas em estudos e mapeamentos, com informações acessíveis

	sobre condições e indicadores ambientais para apoio no desenvolvimento de políticas públicas.	C23
2	Promover a integração de dados e informações ambientais entre as diferentes esferas da administração pública permitindo ações coordenadas e padronizadas sobre atos administrativos, como licenciamento ambiental e fiscalização, bem como aumento de eficiência e ampliação de investimentos destinados à essas	C3
		C25
		C34
3	Fortalecer os órgãos de controle e fiscalização ambiental, assim como os de assistência técnica rural, por meio da ampliação e capacitação do corpo técnico com profissionais especializados, garantindo que os processos de fiscalização sejam integrados à práticas educativas e ao uso contínuo de técnicas de educação ambiental.	C1
		C16
		C20
		C21
4	Oferecer apoio técnico e desenvolver mecanismos financeiros para a efetivação das políticas públicas ambientais em nível municipal, garantindo sua implementação eficaz através de critérios claros de acesso aos recursos públicos estaduais, vinculando-os ao cumprimento e à efetividade de planos e instrumentos ambientais.	C10
		C16
		C18
5	Fomentar o respeito e o apoio às comunidades tradicionais e socialmente vulneráveis, reconhecendo, valorizando e disseminando seus saberes e práticas sustentáveis promovendo a participação ativa desses grupos na gestão dos recursos naturais, ao mesmo tempo em que amplia a valorização cultural e a consciência ambiental coletiva.	C14
		C17
6	Criar programas de parceria para a formação em práticas sustentáveis e educação climática, promovendo a conscientização de forma contextualizada para comunidades, lideranças e produtores mais impactados pelas mudanças climáticas fortalecendo a compreensão dos desafios climáticos e das estratégias para mitigar seus efeitos no território.	C1
		C11
		C17
		C21
7	Desenvolver estratégias orçamentárias que garantam a alocação de recursos financeiros para a implementação de ações voltadas à sustentabilidade, à governança ambiental e à capacitação de atores sociais para fortalecer a educação ambiental, fomentar a participação social e viabilizar a adoção de melhores práticas ambientais.	C9
		C23
8	Integrar a educação ambiental de forma contínua, permanente e contextualizada nos currículos das instituições de ensino públicas e privadas, garantindo uma abordagem prática interdisciplinar e conectada à realidade local, incluindo temas como história regional, justiça social e climática, além do racismo ambiental, promovendo uma formação crítica e cidadã.	C3
		C8
		C10
		C14
		C15
		C17
		C22
		C29
		C30
9	Assegurar a efetiva implementação da Política Estadual de Educação Ambiental por meio de ações concretas que viabilizem sua execução, promovam a sensibilização da sociedade e incentivem a participação ativa na gestão ambiental, sendo fundamental o monitoramento contínuo, com metas e indicadores claros de progresso.	C5
		C19
		C19
		C20
10	Implementar incentivos fiscais para a iniciativa privada e organizações sociais que adotem práticas sustentáveis, ao mesmo tempo em que se reforçam penalidades para aqueles que causarem impactos ambientais, estimulando a adoção de modelos de desenvolvimento responsáveis.	C20
		C23
		C28
		C31
		C35
11	Revisar, modernizar e adaptar os procedimentos de emissão de atos administrativos ambientais, como autos de infração e licenciamento ambiental, considerando os desafios impostos pelas mudanças climáticas e promovendo práticas mais sustentáveis e alinhadas às novas demandas socioambientais.	C37
		C33
		C34
12	Fortalecer os instrumentos de gestão ambiental territorial de forma participativa, promovendo a integração entre órgãos públicos e atores regionais, como conselhos de unidades de conservação, comitês de bacia hidrográfica e conselhos territoriais para aprimorar a governança socioambiental, ampliar a transparência na tomada de decisões e fomentar a educação ambiental, garantindo a corresponsabilidade na preservação e no uso sustentável dos recursos naturais.	C36
		C6
		C9
		C16